

## ATA DA TRIGÉSSIMA QUINTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Aos quatorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze, na Sala nº 502, do Edifício Sede do Ministério da Justiça, em Brasília, Distrito Federal, às quatorze horas e cinquenta minutos, o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública - CGFNPS reuniu-se em sessão extraordinária, com a presença dos seguintes membros: Sidnei Borges Fidalgo, Vice-Presidente do CGFNPS, representante suplente da Secretária Nacional de Segurança Pública e Presidente desta Sessão; Guilherme Zambarda Leonardi, representante suplente do Ministério da Justiça; Carlos Humberto Oliveira, representante titular da Casa Civil da Presidência da República; Carlos Rogério Ferreira Cota, representante titular do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Rafael Martins Neto, representante suplente do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; ausente justificadamente o representante suplente da Procuradoria Geral da República. Participaram também da sessão servidores da SENASP arrolados na lista de presença que acompanha esta Ata. O presidente, após os cumprimentos de praxe, anunciou os assuntos da Pauta, a saber: 1) Apreciação de 47 projetos municipais; 2) Apreciação de 14 projetos estaduais; 3) Autorização de aquisições diretas de viaturas policiais especiais e coletes balísticos no âmbito do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (Grandes Eventos);

**DELIBERAÇÕES:** Aberta a sessão, o vice-presidente informou que a Senhora Presidente não estava presente porque foi chamada para participar de reunião inesperada na Casa Civil/PR. Ele esclareceu que a ata da reunião anterior não entrou em pauta porque não houve tempo hábil para a sua elaboração devido o aumento de trabalho que normalmente ocorre no fechamento do exercício. Após estes esclarecimentos, o Presidente antecipadamente pediu desculpas ao Colegiado pela elevada quantidade de projetos em pauta e declarou que a SENASP trabalhou arduamente para que isso não ocorresse. Ele recordou que no início do exercício a Secretária Nacional de Segurança Pública – SENASP havia anunciado diversas mudanças na gestão dela. Em virtude disto foram elaborados os editais de chamamento que foram concluídos ainda no mês de maio, contudo as publicações dos editais dependiam de aprovação fora do âmbito da SENASP e, lamentavelmente, isso não ocorreu no prazo esperado. Finalmente, o Presidente ressaltou que em virtude das diversas discussões sobre a inobservância do Regimento Interno do Conselho, a SENASP colocará em pauta na primeira reunião de 2012 a proposta de alteração do regimento. Em seguida, a servidora Cristina Gross Villanova foi convidada para apresentar as propostas municipais. A servidora iniciou a exposição apresentando a proposta municipal de emenda parlamentar uma vez que as demais propostas eram oriundas do Edital nº 03/2011-SENASP. Registra-se que a proposta detalhada abaixo se refere à ação Reaparelhamento e Modernização dos Órgãos de Segurança.

	UF	Nº Proposta SICONV	Objeto da Proposta	VALOR DO FNPS			Contra partida	Total da Proposta
				Custeio	Capital	Total		
1	Pelotas/RS	30206/2011	O presente projeto terá como objeto a modernização e reestruturação da Secretaria Municipal de Defesa Social e da Guarda Municipal por meio de ações que incluem a Estruturação do Gabinete de Gestão Integrada, Ampliação do Sistema de videomonitoramento, Fortalecimento de programas de prevenção, curso de capacitação/treinamento dos profissionais de Segurança Pública no manuseio, manutenção e utilização do armamento com menor potencial ofensivo, aquisição de equipamentos e materiais permanentes, visando à redução do índice de criminalidade e a melhoria da qualidade de vida da comunidade alfenense e a promoção da cultura da paz <b>(Emenda Parlamentar)</b>	0,00	1.700.000,00	1.700.000,00	70.218,42	1.770.218,42
<b>TOTAL GERAL</b>				<b>0,00</b>	<b>1.700.000,00</b>	<b>1.700.000,00</b>	<b>70.218,42</b>	<b>1.770.218,42</b>

Aberta a palavra, o Conselheiro Carlos Humberto Oliveira observou que na Proposta nº 30206/2011 foi solicitada a aquisição de arma não letal e ponderou que esta questão foi objeto de discussão na 34ª Reunião Extraordinária, realizada em 25/11/2011, quando foi questionado o uso desse tipo de armamento pelos guardas municipais. O Conselheiro Carlos Rogério Ferreira Cota recordando à discussão destacou que naquela reunião foi alertado que a atribuição constitucional das guardas

municipais é a guarda do patrimônio e não a contenção de distúrbios civis. Ademais, a abordagem ao cidadão com este tipo de armamento também foi considerada agressiva e desrespeitosa pelos Conselheiros. A servidora Cristina ressaltou que naquela reunião foi acordado que os municípios que solicitassem a aquisição de pistolas de condutividade elétrica deverão aderir à Portaria Interministerial nº 4.226, de 31/12/2010, que contém regras para o uso de tecnologia de menor potencial ofensivo. O Conselheiro Guilherme Zambarda Leonardi declarou que respeitava a opinião dos conselheiros que vinham debatendo aquela matéria à longa data e por isso não tinha a pretensão de mudar o entendimento de nenhum conselheiro, contudo, como participava da segunda reunião do colegiado, também gostaria de deixar registrado o seu entendimento sobre o assunto. Dito isto, este Conselheiro declarou que em sua opinião em que pese os guardas municipais não exercerem a função policial de fato, eles são agentes de segurança “lato sensu”, ainda que com um caráter eminentemente preventivo. Motivo pelo qual, após a edição da Portaria Interministerial nº 4.226, de 31/12/2010, que estabelece as diretrizes sobre o uso da força pelos agentes de segurança pública, cuja elaboração foi resultado de um longo processo de discussão (dois anos) entre equipes da Secretaria Especial de Direitos Humanos e do MJ, se optou pelo entendimento que seria recomendável que os agentes de segurança possuíssem instrumentos de menor potencial ofensivo. Finalmente, ele ponderou ainda que muitas guardas sejam armadas, portanto, no caso de alguma emergência, estes instrumentos com menor potencial lesivo poderão ser utilizados. O Conselheiro Rafael Martins Neto declarou que a questão em tela sempre provocou discussões no Colegiado exatamente porque há uma dissonância entre as atividades que as guardas deveriam legalmente exercer e as atividades que elas de fato exercem. Logo, se considerada a atuação “de fato” das guardas e também o papel indutor do Ministério da Justiça na atuação das guardas, em sua opinião, seria recomendável incentivar pelo menos o uso de um armamento menos letal, ao invés de negar o uso deste armamento ou deixar a escolha a cargo do próprio município. O Conselheiro declarou que era favorável ao uso deste tipo de armamento pelas guardas apesar da restrição do Conselho. O Presidente ponderou que não existia ainda uma restrição do colegiado neste sentido, o que existia eram opiniões divergentes sobre o tema entre os conselheiros. Acrescentando que ele, por exemplo, não era favorável que as guardas utilizem armas letais, mas era favorável que a guarda use arma de menor potencial ofensivo. Após a manifestação de todos os conselheiros, o Presidente colocou a proposta em votação. Neste contexto, o Conselheiro Carlos Humberto Oliveira declarou que o foco da discussão em torno deste assunto não era a restrição do uso deste tipo de arma pelas guardas e sim a inexistência de competência legal para que as guardas tratem da questão criminal, visto que a Constituição Federal confere às guardas o papel de preservação do patrimônio público municipal. Ele afirmou que o Ministério da Justiça há algum tempo vem tentando trazer as guardas municipais para o contexto da segurança pública, porém para se promover essa mudança precisa em primeiro lugar promover a alteração legislativa que legitime este propósito, por meio de alteração da Constituição Federal. O Conselheiro alertou que a publicação de uma portaria interministerial não soluciona o problema apontado, por não ser o instrumento adequado para dar sustentação a decisões neste sentido. O Conselheiro acrescentou que no Distrito Federal, por exemplo, estava sendo contestado o uso deste armamento por servidores titulares de função pública. Finalizando, ele declarou que votaria a favor do pleito, porém sugeriu que no ano de 2012 este assunto fosse reanalisado pelo Colegiado. O Conselheiro Carlos Rogério Cota disse que concordava com as manifestações do Dr. Carlos Humberto, pois a utilização da arma implica no exercício regular de direito, portanto se as guardas não podem atuar como polícia, conseqüentemente elas não podem estar armadas. Ele declarou que em seu entendimento o uso de armamento não letal deve ser utilizado pelas polícias como alternativas para o uso progressivo da força, ou seja, para que as polícias não disponham apenas de um armamento letal na hora fazer a contenção de um indivíduo. Por outro lado, as pessoas que cometem alguma infração de natureza administrativa não podem ser contidas por nenhum tipo de arma. Neste contexto, ele recordou que o Ministério da Justiça vem adotando políticas para mudar a forma de atuação das polícias no sentido de torná-la uma polícia cidadã e que respeita os direitos humanos. Portanto, partir do MJ, órgão indutor de políticas públicas, a iniciativa de armar as guardas, mesmo que seja com este tipo de arma, em sua opinião, será uma forma estímulo de atuação muito agressiva para com o cidadão. Finalizando, os Conselheiros votaram a favor do pleito, contudo propuseram que o assunto volte a ser analisado no próximo exercício. Encerrada a votação, o Presidente declarou que em sua opinião esta discussão era muito ampla por isso não deveria ser discutida somente no Colegiado, portanto ele iria sugerir à Presidente que levasse o assunto ao conhecimento do Ministro. Dito isto, o Conselheiro Carlos Rogério

Ferreira Cota disse que concordava que a discussão era ampla, todavia a pretensão do Conselho nunca foi restringir o uso do armamento.

Em seguida, a servidora Cristina Gross Vilanova fez um breve resumo sobre o conteúdo e os resultados do Edital nº 03/2011-SENASP. Após, ela expôs individualmente cada um das propostas abaixo discriminadas. Estas propostas estão inseridas na ação denominada: Sistema Integrado de Prevenção da Violência e Criminalidade.

	UF	Nº. Proposta SICONV	Objeto da Proposta	VALOR DO FNSP			Contra-partida	Total da Proposta
				Custeio	Capital	Total		
1	Alfenas/MG	49976/2011	O presente projeto terá como objeto a modernização e reestruturação da Secretaria Municipal de Defesa Social e da Guarda Municipal por meio de ações que incluem a Estruturação do Gabinete de Gestão Integrada, Ampliação do Sistema de videomonitoramento, Fortalecimento de programas de prevenção, curso de capacitação/treinamento dos profissionais de Segurança Pública no manuseio, manutenção e utilização do armamento com menor potencial ofensivo, aquisição de equipamentos e materiais permanentes, visando à redução do índice de criminalidade e a melhoria da qualidade de vida da comunidade alfenense e a promoção da cultura da paz.	126.410,00	425.809,00	552.219,00	11.270,00	563.489,00
2	Aparecida de Goiânia/GO	47520/2011	Implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal para integração sistêmica e multidisciplinar, envolvendo atores municipais, estaduais, federais e representantes da sociedade civil em torno do tema segurança pública, articulando ações de prevenção da criminalidade, atuando nas razões sócio-educativas, otimizando ações de segurança pública e políticas sociais.	264.430,54	1.664.577,22	1.929.007,76	26.000,00	1.955.007,76
3	Arapiraca/AL	50090/2011	Implantar o projeto cidadão consciente, cidade segura por meio de ações de estruturação do GGIM, capacitação dos conselheiros municipais de segurança pública, membros do pleno e operadores do videomonitoramento, capacitação em ações de prevenção à violência de jovens e mulheres, visando promover tanto a qualificação dos agentes responsáveis pela elaboração das políticas de segurança pública do município, quanto proporcionar melhoria na qualidade de vida dos cidadãos.	415.094,00	93.851,00	508.945,00	8.750,00	517.695,00
4	Araruama/RJ	49649/2011	Do GGIM, capacitação dos conselheiros municipais de segurança pública, membros do pleno	0,00	189.656,00	189.656,00	4.340,00	193.996,00
5	Barreiros/PE	47706/2011	Aparelhar e capacitar a Guarda Municipal de Barreiros, bem como implantar uma política de prevenção às drogas lícitas e ilícitas e de prevenção à violência e criminalidade por meio da inclusão social de jovens em situação de vulnerabilidade e da participação e do controle social.	212.856,01	187.143,99	400.000,00	4.100,00	404.100,00
6	Botucatu/SP	46309/2011	Qualificação contínua e adequação de equipamentos operacionais da guarda civil municipal de Botucatu.	68.600,00	311.800,00	380.400,00	7.800,00	388.200,00
7	Cáceres/MT	50428/2011	Elaboração das políticas de segurança pública do município, quanto proporcionar	178.148,08	440.785,59	618.933,67	6.284,05	625.217,72
8	Campo Novo do Parecis/MT	43544/2011	Melhoria na qualidade de vida dos cidadãos.	108.516,24	391.483,76	500.000,00	50.000,00	550.000,00
9	Canoas/RS	50689/2011	Implementação de um Centro de Referência para as Juventudes, com foco no oferecimento de cursos e oficinas para jovens de 12 a 24 anos, moradoras(es) dos bairros Mathias Velho e Harmonia (Grande Mathias Velho), a partir do fortalecimento das redes comunitárias e de proteção e atenção social local, bem como da qualificação das agências do sistema de segurança pública e justiça criminal vinculadas ao GGI-M e voltadas à prevenção e à repressão qualificada das violências e da criminalidade.	611.026,58	511.927,04	1.122.953,62	22.917,42	1.145.871,04
10	Consórcio Intermunicipal de Segurança com Cidadania do Médio Vale do Paraíba Fluminense/RJ	65620/2011	Implantação de PRIMEIRO programa regional de prevenção à violência do estado do Rio de Janeiro, por meio da criação de instrumentos de integração entre treze municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal de Segurança com Cidadania do Médio Vale do Paraíba Fluminense, tornando possível o desenvolvimento de políticas públicas de segurança com cidadania. As metas do Programa Regional de Prevenção à Violência do Médio Vale do Paraíba	1.213.008,28	1.524.450,14	2.737.458,42	55.866,50	2.793.324,92

			consistem em: 1) Implantação do Gabinete de Gestão Integrada Regional e aparelhamento de 13 Gabinetes de Gestão Integrada Municipais existentes na região; 2) Capacitação dos Gestores Municipais de Segurança e Ordem Pública, Capacitação de Guardas Municipais da Região em atividades de Guarda Comunitário; 3) Modernização das Guardas Municipais para implantação de políticas de prevenção à violência e redução de índices de criminalidade.					
11	Caxias do Sul/RS	50440/2011	Estabelecer modelo de gestão da problemática da violência e criminalidade em Caxias do Sul, dotado de um sistema de indicadores sociais sobre criminalidade e violência por meio da aquisição de equipamentos e materiais permanentes, para reaparelhamento e capacitação da guarda municipal enquanto órgão de suporte e operação da SMSPPS na execução de uma política de prevenção à violência e criminalidade, voltada para territórios com maior incidência e risco de violência e criminalidade, bem como para o desenvolvimento e realização de ações locais de prevenção primária e secundária.	441.320,64	332.896,96	774.217,60	15.800,36	790.017,96
12	Diadema/SP	49949/2011	Ampliação do sistema de videomonitoramento da cidade, com aquisição de câmeras de vídeo, aprimoramento dos instrumentos de trabalho da GCM com aquisição de uniformes e investimento no seu aperfeiçoamento através de curso de capacitação, fortalecendo o relacionamento da Guarda Civil Municipal de Diadema com a sociedade civil, através de uma política de aproximação, com vistas à prevenção da violência.	153.564,42	59.377,00	212.941,42	4.345,74	217.287,16
13	Delmiro Gouveia/AL	50.680/2011	Capacitar a Guarda Civil Municipal e desenvolver ações de prevenção junto a comunidade por meio da contratação de serviços de terceiros, instalar o GGIM e implantar o sistema de informatização das ocorrências da GCM, por meio de aquisição de equipamentos, visando assim modernizar os serviços da GCM e minimizar a violência.	174.000,00	158.418,24	332.418,24	3.357,76	335.776,00
14	Estância Velha/RS	49596/2011	Aparelhamento e Capacitação da Guarda Municipal por meio da aquisição de equipamentos e material permanente, para fins de atuar na prevenção da violência e criminalidade.	150.638,40	143.419,42	294.057,82	6.001,18	300.059,00
15	Eusébio/CE	49460/2011	Capacitação de todo o efetivo da Guarda Municipal de Eusébio. Reestruturação de três postos de Guarda Comunitária e ampliação do Pelotão Ronda Escolar.	204.439,00	241.540,00	445.979,00	47.300,00	493.279,00
16	Feira de Santana/BA	49894/2011	Estruturação e aparelhamento do Gabinete de Gestão Integrada Municipal para integração sistêmica e multidisciplinar dos órgãos de segurança pública do município, para ser um espaço de interlocução permanente que envolve atores municipais, estaduais, federais e representantes da sociedade civil em torno do tema segurança pública, articulando ações de prevenção da criminalidade, atuando nas razões sócio-educativas, otimizando ações de segurança pública e políticas sociais; Bem como Ampliação da Central de Vídeo Monitoramento do Município.	16.105,00	622.535,09	638.640,09	6.450,91	645.091,00
17	Formosa/GO	49971/2011	Aquisição de unidade móvel de monitoramento para intensificar as ações de prevenção de segurança pública em diversos locais do município e fortalecer ainda mais a integração entre os órgãos de segurança pública tendo o GGI-M como interlocutor das ações.	87.318,16	528.944,02	616.262,18	6.224,87	622.487,05
18	Fortaleza/CE	50614/2011	Capacitar pessoas em política de prevenção. Sendo guardas e subinspetores em conjunto com integrantes da comunidade escolar da rede pública municipal de ensino (professores, alunos e pais de alunos). Adquirir veículos devidamente adesivados e equipados com aparelhos sinalizadores (motos e viaturas) destinados às atividades de Ronda comunitária e escolar. Adquirir mobiliário e material de informática destinados ao suporte dos setores administrativos da instituição, tais como, computadores, impressoras, armários, cadeiras, aparelhos do tipo “bebedouros refrigerados compactos” e outros bens, fornecendo à instituição maior e melhor suporte no desenvolvimento de suas atividades. Adquirir veículos utilitários tipo Van destinados ao transporte e serviços de apoio às atividades desenvolvidas pela instituição. Adquirir material de audiovisual (câmera filmadora, câmera fotográfica, projetor multimídia, Homer theater) para uso nas capacitações a serem desenvolvidas.	896.889,86	822.282,00	1.719.171,86	18.650,00	1.737.821,86

19	Florianópolis/ SC	50134/ 2011	Aquisição de equipamentos de menor potencial ofensivo para a Guarda Municipal e capacitá-la com temas relacionados a direitos humanos, policiamento comunitário e prevenção a criminalidade, através de curso de capacitação, visando oferecer um serviço de segurança pública orientado às necessidades e aos anseios da população; realizar oficinas, cursos e eventos como forma de incentivar a comunidade para a preservação e o respeito ao meio ambiente, para o desenvolvimento de atitudes na paz no trânsito, prevenção a violência e a discriminação, estabelecendo contato direto entre a GMF e a comunidade, aprimorando a atuação da GMF na prevenção da criminalidade e na segurança comunitária na região atendida.	224.734,33	433.545,43	658.279,76	16.550,72	674.830,48
20	Indaiatuba/ SP	49608/ 2011	Ampliação do sistema de videomonitoramento para os bairros CECAP e Distrito Industrial, capacitação da guarda municipal de implantação de ações de prevenção a violência – Município de Indaiatuba – SP.	783.404,39	470.556,45	1.253.960,84	25.591,04	1.279.551,88
21	Itapeva/ SP	50022/ 2011	Propiciar a Prefeitura Municipal de Itapeva o investimento necessário para realização de Ações de Prevenção na Área de Segurança Pública, criação de uma equipe especializada da Guarda Civil Municipal, a ROMEPE - Ronda Municipal Especial e Preventiva, reaparelhamento do GEPAM - Grupo Especial e Proteção Ambiental, reaparelhamento “da” Guarda Civil Municipal e Requalificação “do” Guarda Civil Municipal por meio da aquisição de equipamentos e material permanente, material de consumo e contratação de serviços de terceiros, tendo como objetivo principal auxiliar na redução dos índices de violência e criminalidade do município através de um serviço de qualidade e pautado na cidadania e direitos humanos, voltado para a atividade comunitária, tendo o cidadão como aliado na busca por resultados positivos através da prevenção e conscientização, dessa forma garantindo a melhoria na qualidade de vida da população.	122.669,54	171.639,16	294.308,70	6.006,30	300.315,00
22	Itapevi/ SP	50114/ 2011	Qualificação e aprimoramento do efetivo da Guarda Municipal de Itapevi e desenvolvimento de ações de prevenção à violência, em proximidade com a população.	847.871,50	803.195,26	1.651.066,76	33.695,24	1.684.762,00
23	Juara/ MT	49696/ 2011	Implantação da Central do GGI-M, Estruturar fisicamente, com mobiliário e equipamentos tecnológicos, o Gabinete de Gestão Integrada Municipal-GGI'M, compreendendo também as salas do Pleno e da Secretária Executiva, adequando-o com o objetivo primordial de propiciar aos seus membros e profissionais da segurança pública as condições físicas necessárias que resultem no trabalho integrado, num espaço de interlocução permanente entre as instituições que o compõem. e videomonitoramento, um sistema dotado de um conjunto de recursos tecnológicos, capaz de monitorar ambientes públicos, localizar e/ou identificar pessoas, veículos e objetos, cujo objetivo principal é a prevenção a violência e combate a criminalidade, principalmente coibindo o tráfico de drogas de um modo geral, através do monitoramento constante (24h) das principais vias, inclusive em todas as entradas e saídas do município, e em especial as nossas agências bancárias pelo alto índice de assaltos em nosso estado.	30.805,57	364.299,56	395.105,13	4.894,87	400.000,00
24	Juazeiro/ BA	50584/ 2011	Implantar no GGI-M, bem como dotar o município de uma solução de infraestrutura de captação, transmissão e gravação digital de imagens, na forma de uma rede de segurança virtual, com vistas a oferecer à sociedade um atendimento de melhor qualidade na prestação de serviços de segurança e propiciar um melhor planejamento das ações de prevenção e enfrentamento da violência.	127.804,71	712.308,29	840.113,00	8.963,00	849.076,00
25	Juazeiro do Norte/CE	50572/ 2011	Aparelhar e adquirir material para realização de atividades preventivas nas quatro Bases de Segurança Comunitárias da Guarda Civil Municipal de Juazeiro do Norte, Ceará, com equipamentos permanentes para realização de atividades administrativas e efetivação da Ronda Escolar.	0,00	363.642,84	363.642,84	3.673,16	367.316,00

26	Lauro de Freitas/BA	49556/2011	Criar uma rede de proteção e prevenção contra a violência para minimizar as vulnerabilidades que contribuem para este fenômeno nos bairros de Itinga, Areia Branca, Portão e Lagoa dos Patos (quadrilátero da violência), beneficiando adolescentes e jovens e demais membros dessas comunidades.	778.480,74	697.338,00	1.475.818,74	14.907,26	1.490.726,00
27	Limoeiro/PE	48802/2011	Aparelhar e capacitar a Guarda Municipal através da aquisição de equipamentos e material permanente e contratação de pessoa jurídica para a oferta de cursos, bem como desenvolver projeto de prevenção à violência com as famílias em situação de vulnerabilidade.	240.000,00	206.950,00	446.950,00	5.000,00	451.950,00
28	Linhares/ES	50146/2011	Estruturar a Secretaria Municipal de Cidadania e Segurança de Linhares com a aquisição de cinco viaturas para a Guarda Municipal, capacitar e formar Guardas Municipais bem como desenvolver e ampliar os projetos de prevenção desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Cidadania e Segurança através da Guarda Municipal.	209.087,00	181.998,66	391.085,66	7.981,34	399.067,00
29	Lucas do Rio Verde/MT	50396/2011	Implantação de Sistema de Videomonitoramento urbano no perímetro Urbano do Município de Lucas do Rio Verde/MT, e Realização de Seminários de prevenção a criminalidade e combate a violência.	241.634,42	252.397,27	494.031,69	4.990,22	499.021,91
30	Maringá/PR	47819/2011	Implantação do Sistema de Videomonitoramento em vias públicas de Maringá/PR.	179.130,00	618.876,87	798.006,87	20.440,00	818.446,87
31	Mauá/SP	49542/2011	Aquisição e implantação de um sistema de videomonitoramento composta por câmeras de alta definição, posicionadas em logradouros públicos, estrategicamente definidos pelo GGIM - Gabinete de Gestão Integrada.	172.773,34	807.229,63	980.002,97	20.000,06	1.000.003,03
32	Mirassol D'Oeste/MT	47779/2011	Contribuir com a segurança da comunidade, por meio de Oficinas de Prevenção, Seminários com a comunidade e instalação de sistema de vídeo monitoramento em pontos estratégicos do perímetro urbano da cidade de Mirassol d'Oeste-MT.	113.416,69	301.261,28	414.677,97	4.231,41	418.909,38
33	Moreno/PE	49682/2011	Estruturar a Guarda Municipal ára atuar de forma integrada com os demais operadores de segurança pública da área com a própria sociedade na prevenção à violência e à criminalidade, bem como implantar política de prevenção à violência e à criminalidade com a inclusão social de adolescentes em situação de risco no âmbito do Programa de Segurança Pública para o Brasil.	237.400,00	207.600,00	445.000,00	4.500,00	449.500,00
34	Nova Russas/CE	50239/2011	Criação do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGI-M) no município de Nova Russas/CE	0,00	139.067,28	139.067,28	1.404,72	140.472,00
35	Novo Hamburgo/RS	49901/2011	Reaparelhamento e capacitação da Guarda Municipal por meio de aquisição de materiais permanentes e de consumo e contratação de empresa especializada para a capacitação e a realização de oficinas de prevenção à violência.	429.140,86	302.980,55	732.121,41	14.941,25	747.062,66
36	Ouro Preto/MG	50536/2011	Fortalecimento da presença da Guarda Municipal através da implantação do videomonitoramento nos diversos pontos do município que apresentaram maior índice de violência e pratica de crimes e no Centro Histórico do município. Implantar uma estrutura que possibilite a implementação de ações voltadas a prevenção da violência e criminalidade, bem como o fortalecimento da integração entre Guarda Municipal e Polícias (Militar e Civil).	545.216,67	356.219,00	901.435,67	50.000,00	951.435,67
37	Rio Formoso/PE	49660/2011	Promoção da paz e do convívio social harmonizado por meio do aparelhamento da estrutura de apoio e operacional da Guarda Municipal, da capacitação dos operadores locais de segurança, planejamento participativo e colaborativo da Política Municipal de Prevenção à Violência e às Drogas, e a implantação de ações de protagonismo juvenil no município de Rio Formoso.	161.800,00	138.000,00	299.800,00	3.800,00	303.600,00
38	Santa Cruz do Sul/RS	49776/2011	Melhorar as condições de mobilidade da Guarda Municipal do município de Santa Cruz do Sul, pela aquisição de veículos e motocicletas, bem como qualificar os agentes deste órgão de segurança pública.	14.295,00	486.565,00	500.860,00	11.000,00	511.860,00
39	São Bernardo do Campo/SP	49839/2011	Ampliar a eficiência, eficácia e a efetividade do Sistema de Segurança Pública e Defesa Civil mediante a estruturação do Centro de Formação Regional do ABC para prevenção e controle da criminalidade.	865.048,14	765.763,00	1.630.811,14	33.281,86	1.664.093,00

40	São José dos Pinhais/PR	49019/2011	Formação Técnico Profissional e requalificação da Guarda Municipal	274.428,00	37.800,00	312.228,00	6.372,00	318.600,00
41	São Luis/MA	49341/2011	Reforçar e ampliar a estrutura de atendimento do grupo de segurança escolar da Guarda Municipal de São Luis.	0,00	255.152,72	255.152,72	2.577,30	257.730,02
42	Sirinhaém/PE	47912/2011	Aparelhar e capacitar a Guarda Municipal através da aquisição de equipamentos e material permanente e contratação de pessoa jurídica para a oferta de cursos, bem como desenvolver projeto de prevenção à violência com jovens.	160.730,00	138.575,00	299.305,00	3.100,00	302.405,00
43	Taboão da Serra/SP	50222/2011	Aquisição de software de videomonitoramento para implementação e expansão dos Gabinetes de Gestão Integrada.	364.788,50	843.121,51	1.207.910,01	134.212,22	1.342.122,23
44	Tangará da Serra/MT	50527/2011	Cursos de Capacitação para os agentes de segurança pública; sensibilizar a comunidade para ações preventivas de segurança, através de seminários e oficinas e outros. estruturação do gabinete de gestão integrada do município de tangará da serra – MT; instalação do vídeo monitoramento das áreas delimitadas no projeto para diminuição do número de ocorrências ilícitas.	295.206,18	463.702,27	758.908,45	7.768,13	766.676,58
45	Toledo/PR	47.670/2011	Aquisição de equipamentos de infraestrutura e aparelhamento da Guarda Municipal, para que o município possa reduzir os índices de criminalidade através de ações preventivas na área de segurança pública.	238.810,32	1.038.079,07	1.276.889,39	26.058,97	1.302.948,36
46	Uberaba/MG	50060/2011	Implantar o Gabinete de Gestão Integrada Municipal GGIM por meio de aquisição de equipamentos e material permanente no Município de Uberaba/MG.	51.493,11	54.575,16	106.068,27	2.164,66	108.232,93
47	Vitória de Santo Antão/PE	49246/2011	Modernizar e ampliar a capacidade de atendimento da Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão e da Guarda Municipal na realização de ações comunitárias de forma qualificada e integrada com os operadores de defesa social e a sociedade, com foco na prevenção à violência e à criminalidade.	301.000,00	299.000,00	600.000,00	6.500,00	606.500,00
<b>TOTAL GERAL</b>				<b>13.440.734,22</b>	<b>20.889.115,29</b>	<b>34.329.849,51</b>	<b>794.448,15</b>	<b>35.124.297,66</b>

Cabe registrar que estiveram presentes na sessão os representantes do Consórcio Intermunicipal de Segurança com Cidadania do Médio Vale do Paraíba Fluminense/RJ. Franqueada a palavra ao Conselho, o Conselheiro Carlos Humberto Oliveira declarou que a Proposta nº 47520/2011 (Aparecida de Goiânia/GO) não estava aprovada no Portal de Convênios. A servidora Cristina apresentou a Nota Técnica de aprovação e esclareceu que a nota foi incluída no portal somente no dia anterior devido a problemas operacionais no Sistema de Convênios – SICONV. Dito isto, o Conselheiro Carlos Humberto Oliveira destacou na pauta da reunião constavam mais de sessenta propostas, apesar do número elevado ele consultou todas as propostas no SICONV e verificou que algumas foram inseridas em pauta sem a nota de aprovação. Ele alertou que a SENASP não poderia colocar em pauta propostas não aprovadas, ponderando que estas matérias poderiam ser recusadas pelo Colegiado porque esta forma de encaminhamento fere o Regimento Interno. Em seguida, o Conselheiro declarou que se sentiu desconfortável com a forma como as propostas foram apresentadas ao Colegiado, advertindo que não era aceitável o recebimento de propostas às vésperas da reunião, porque isto torna inviável a avaliação dos projetos pelos conselheiros. A servidora Cristina esclareceu que algumas notas não foram inseridas no Portal porque o SICONV na semana anterior ficou fora do ar por diversas vezes. O Presidente declarou que compreendia as colocações feitas pelo Conselheiro, ponderando que suas observações estavam corretas, contudo infelizmente alguns problemas extrapolavam o limite de atuação da SENASP. Na sequência, os Conselheiros fizeram comentários sobre a quantidade de projetos em pauta; elogiaram a iniciativa do edital e o esforço da equipe técnica da SENASP e por fim sugeriram que a SENASP ajuste a sua forma de trabalho para que as propostas possam ser avaliadas pelo Colegiado ao longo do ano, evitando assim que as pautas dezembro fiquem reiteradamente sobrecarregadas. Finalizadas estas considerações, o Presidente sugeriu que a votação fosse iniciada pelas propostas que não tivessem nenhum tipo de apontamento, sendo assim foram aprovadas por unanimidade as seguintes propostas: nº 49976/2011 (Alfenas/MG); nº 47520/2011 (Aparecida de Goiás/GO); nº 49649/2011 (Araruama/RJ); nº 47706/2011 (Barreiros/PE); nº 46309/2011 (Botucatu/SP); nº 43544/2011 (Campo Novo do Parecis/MT); nº 49949/2011 (Diadema/SP); nº 49596 (Estância Velha/ES); nº 49460/2011 (Eusébio/CE); nº 49894/2011 (Feira de Santana/BA); nº 49971/2011 (Formosa/GO); nº 49696/2011



(Juara/MT); nº 50584/2011 (Juazeiro/BA); nº 50572/2011 (Juazeiro do Norte/CE); nº 47819/2011 (Maringá/PR); nº 49542/2011 (Mauá/SP); nº 50239/2011 (Nova Russas/CE); nº 49901/2011 (Novo Hamburgo/RS); nº 50536/2011 (Ouro Preto/MG); nº 49776/2011 (Santa Cruz do Sul/RS); nº 49341/2011 (São Luis/MA); nº 50222/2011 (Taboão da Serra/SP); nº 50527/2011 (Tangará da Serra/MT) e nº 50060/2011 (Uberaba/MG). Na seqüência foram apreciadas as propostas cujos apontamentos apresentados foram devidamente respondidos, quais sejam: nº 50090/2011 (Arapiraca/AL); nº 50428/2011 (Cáceres/MT); nº 50689/2011 (Canoas/RS); nº 65620/2011 (Consórcio Intermunicipal de Segurança com Cidadania do Médio Vale do Paraíba Fluminense/RJ); nº 50614/2011 (Fortaleza/CE); nº 49608/2011 (Indaiatuba/SP); nº 50022/2011 (Itapeva/SP); nº 50114/2011 (Itapevi/SP); nº 49556/2011 (Lauro de Freitas/BA); nº 48802/2011 (Limoeiro/PE); nº 50146/2011 (Linhares/ES); nº 50396/2011 (Lucas do Rio Verde/MT); nº 49682/2011 (Moreno/PE); nº 49660/2011 (Rio Formoso/PE); nº 49839/2011 (São Bernardo do Campo/SP); nº 49019/2011 (São José dos Pinhas/PR); nº 47912/2011 (Sirinhaém/PE) e nº 49246/2011 (Vitória de Santo Antão/PE). Estas propostas foram aprovadas por maioria com voto contrário do Conselheiro Carlos Humberto Oliveira. Cabe consignar, que o citado conselheiro não se opôs ao mérito de nenhuma destas propostas, contudo no contexto da apreciação ele alegou motivos como: subjetividade do projeto; proposituras com valores elevados quando considerado o tamanho do município e/ou número de habitantes; contratação de pessoas jurídicas com valor elevado; proposituras que poderiam ser substituídas por outras mais relevantes, dentre outros argumentos. A área técnica apresentou justificativa para cada um dos argumentos apresentados, contudo o Conselheiro não se sentiu convicto quanto ao solicitado. Na Proposta nº 47779/2011 (Mirassol D'Oeste/MT) não foi incluído o número de pessoas beneficiadas, por isto ficou acordado que os conselheiros se manifestarão a respeito do pleito por e-mail quando do recebimento da informação salientada. Em seguida, após discussões o colegiado concluiu que as propostas nº 50440/2011 (Caxias do Sul/RS); nº 50680/2011 (Delmiro Gouveia/AL); nº 47670/2011 (Toledo/PR) e nº 50134/2011 (Florianópolis/SC) foram enviadas em desacordo com o estabelecido no artigo 9º do RI. Contudo, foi observado que estas propostas poderiam ser incluídas em pauta desde que obedecido o disposto nos artigos 13 e 18 do Regimento. O Conselheiro Guilherme Zambarda Leonardi declarou que em seu entendimento o requerimento de urgência citado nos artigos mencionados poderia ser feito oralmente. Os conselheiros concordaram com este entendimento, e o citado Conselheiro se propôs a fazer o requerimento. Antes, porém, o Presidente lembrou que a Dra. Isabel Seixas de Figueiredo solicitou a inclusão extra pauta de pedido de autorização para a aquisição de mais três microscópios comparadores balísticos no valor de unitário de R\$ 339.500,00, ou seja, no mesmo valor aprovado na 34ª Reunião Extraordinária, realizada em 25/11/2011. Ele informou que a Nota Técnica e o pedido seriam apresentados ao final da reunião, contudo considerando que seria feito o requerimento de urgência para as propostas mencionadas, ele propôs que este pedido fosse inserido neste requerimento. Os Conselheiros acataram a proposta. Diante disso, o Conselheiro Guilherme Zambarda Leonardi atendendo o disposto no § 1º do artigo 18 requereu oralmente ao Presidente a dispensa de prazo e a inclusão extra pauta das propostas: nº 50440/2011 (Caxias do Sul/RS); nº 50680/2011 (Delmiro Gouveia/AL); nº 47670/2011 (Toledo/PR) e nº 50134/2011 (Florianópolis/SC) e do pedido de autorização para a aquisição de três microscópios comparadores balísticos. Os conselheiros Carlos Rogério Ferreira Cota e Rafael Martins Neto declararam que também anuíam ao requerimento feito. Na seqüência, o Presidente acolheu o requerimento apresentado. Após, as citadas propostas foram colocadas em votação e aprovadas por maioria com voto contrário do Conselheiro Carlos Humberto Oliveira.

Cabe registrar, que a aquisição dos microscópios comparadores balísticos enquadra-se na ação denominada: Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais e os equipamentos serão distribuídos conforme quadro abaixo:

<b>Microscópios comparadores balísticos (valor unitário R\$ 339.500,00)</b>	<b>Locação na Capital</b>	<b>Locação no Interior</b>	<b>Total (R\$)</b>
Goiás (Luziânia)	0	01	01
Força Nacional	1	0	1
DPF (Ceará)	0	1	1
<b>Total Geral</b>			<b>1.018.500,00</b>



Com a palavra, o Engenheiro Welly Lacerda Bonfim apresentou as propostas abaixo discriminadas referentes à ação denominada: Apoio à Implantação e Modernização de Estruturas Físicas de Unidades Funcionais de Segurança Pública.

	UF	Nº Proposta SICONV	Objeto da Proposta	VALOR DO FNSP			Contra partida	Total da Proposta
				Custeio	Capital	Total		
1	AP	069722/2011	Reforma e adaptação do Prédio da Unidade Integrada Distrital de Polícia Civil em Macapá/AP <b>(Emenda Parlamentar)</b> .	0,00	100.000,00	100.000,00	99.996,97	199.996,97
2	BA	070322/2011	Ampliação das instalações físicas da 36ª Companhia Independente da Polícia Militar <b>(Emenda Parlamentar)</b> .	0,00	347.875,09	347.875,09	3.513,89	351.388,98
3	DF	035055/2011	Construção da Estação Grupo Gerador na 5ª DP de Polícia Civil do DF <b>(Emenda Parlamentar)</b>	289.124,55	0,00	289.124,55	2.920,45	292.045,00
4	PA	037003/2011	Reestruturação das instalações de segurança do Município de Anajás/PA <b>(Emenda Parlamentar)</b>	300.000,00	0,00	300.000,00	217.872,83	517.872,83
5	SC	037008/2011	Construção do Quartel da Polícia Militar do Município de Ibirama/SC <b>(Emenda Parlamentar)</b>	341.916,40	0,00	341.916,40	8.000,00	349.916,40
6	TO	042140/2011	Construção de um Quartel destinado à sede do 5º Batalhão da Polícia Militar do Tocantins, na cidade de Porto Nacional/TO <b>(Emenda Parlamentar)</b>	494.949,50	0,00	494.949,50	5.050,50	500.000,00
<b>TOTAL GERAL</b>				<b>1.425.990,45</b>	<b>447.875,09</b>	<b>1.873.865,54</b>	<b>237.357,67</b>	<b>2.011.223,21</b>

As Propostas n<sup>os</sup>. 069722/2011 (AP) e 070322/2011 (BA) foram aprovadas com ressalva de que nas notas técnicas fosse incluído o enquadramento das propostas à Lei n<sup>o</sup>. 10.201, de 14/02/2011, bem como o posicionamento final do técnico quanto à aprovação dos pleitos. A Proposta n<sup>o</sup>. 035055/2011 (DF) foi reprovada porque o Colegiado entendeu que as solicitações contidas na proposta, a saber: a construção do grupo gerador e a aquisição de “breezes” de alumínio não deviam ser financiadas com os recursos do Fundo. As Propostas n<sup>os</sup>. 037003/2011 (PA), 037008/2011 (SC) e 042140/2011 (TO) não foram colocados em votação porque o Colegiado entendeu que as ressalvas inseridas na nota técnica das propostas demonstravam que os pleitos não estavam aptos para a apreciação do Conselho.

As propostas da ação Reaparelhamento e Modernização dos Órgãos de Segurança foram apresentadas pelo servidor Rodrigo César de Melo, a saber:

	UF	Nº Proposta SICONV	Objeto da Proposta	VALOR DO FNSP			Contra partida	Total da Proposta
				Custeio	Capital	Total		
1	DF	036949/2011	Aquisição de equipamentos para modernização do Centro de Comando e Controle da SSP/DF <b>(Emenda Parlamentar)</b> .	0,00	9.014.878,28	9.014.878,28	96.651,75	9.111.530,03
2	DF	035515/2011	Implantar e disponibilizar Sistema de Monitoramento composto por câmeras de monitoramento, a serem implantadas em pontos de observação distribuídos na área central de Brasília, no ano de 2011, no intuito de coibir ações criminosas, principalmente àquelas que envolvem substâncias entorpecentes <b>(Emenda Parlamentar)</b>	0,00	3.814.501,98	3.814.501,98	45.320,30	4.383.268,52
3	AP	035881/2011	Reaparelhamento da Polícia Científica do Amapá através da aquisição de equipamentos para utilização na atividade pericial, veículos, equipamentos de informática e de segurança visando melhorar os exames periciais, minimizar os riscos à segurança de informações e patrimonial da POLITEC-AP e combater de forma mais efetiva as novas demandas por exames periciais mais complexos advindas da evolução da criminalidade no estado do Amapá <b>(Emenda Parlamentar)</b>	11.448.855,00	0,00	11.448.855,00	115.645,00	11.564.500,00
4	PB	032093/2011	Equipar a Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social com uma aeronave de asa	8.000.000,00	0,00	8.000.000,00	100.000,00	8.100.000,00

			rotativa, tipo helicóptero no mínimo monoturbina multimissão, tendo como finalidade o atendimento das demandas da sociedade e atendendo as diretrizes do Plano Estadual de Segurança Pública com o objetivo de estabelecer apoio nas ações operacionais que visam a redução e o controle contínuo dos índices de criminalidade, bem como o desenvolvimento de atividades, visando a integração dos órgãos de Segurança Pública. Tais objetivos serão alcançados através da seguinte meta: 1) Intensificar o Policiamento Ostensivo nas Regiões Metropolitanas de João Pessoa e de Campina Grande com Apoio Aéreo-policial <b>(Emenda Parlamentar)</b> .					
5	SE	034827/2011	Reaparelhamento da Polícia Militar do Estado de Sergipe através da aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – visando oferecer proteção à integridade física dos policiais em exercício <b>(Emenda Parlamentar)</b>	989.997,69	0,00	989.997,69	9.999,98	999.997,67
6	PA	036756/2011	Reaparelhamento dos efetivos das Polícias Militar e Civil, mediante a aquisição de armamentos e coletes balísticos, visando oferecer equipamentos essenciais de segurança e proteção ao exercício da atividade policial <b>(Emenda Parlamentar)</b>	0,00	4.999.995,70	4.999.995,70	50.506,00	5.050.501,70
7	RS	037048/2011	Reaparelhamento do 18º Batalhão de Polícia Militar - Viamão, mediante a aquisição de veículos, coletes, equipamentos de informática e armamentos, visando ampliar e qualificar sua atuação no município <b>(Emenda Parlamentar)</b>	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00	20.408,16	1.020.408,16
<b>TOTAL GERAL</b>				<b>20.438.852,69</b>	<b>18.829.375,96</b>	<b>39.268.228,65</b>	<b>438.531,19</b>	<b>40.230.206,08</b>

As Propostas n<sup>os</sup>. 034827/2011 (SE), 036756/2011 (PA) e 03048/2011 (RS) foram aprovadas sem a necessidade de registros especiais. O Conselheiro Carlos Humberto Oliveira observou que a proposta n<sup>o</sup> 035881 (AP) não estava finalizada no SICONV. O Engenheiro Wesley da Silva Borges informou que todas as diligências foram cumpridas e apresentou a nota técnica de aprovação ao Colegiado. O conselheiro indagou se aquela nota técnica já estava no SICONV. O servidor Rodrigo informou que devido a problemas operacionais a nota não estava no SICONV e se comprometeu a inseri-la ainda naquele dia. Neste contexto, o Conselheiro Carlos Humberto Oliveira destacou que nas notas de aprovação, no parágrafo de enquadramento das propostas à Lei n<sup>o</sup> 10.201/2001, foram elencados todos os incisos do artigo 4<sup>o</sup> da mencionada lei, quando o correto seria citar somente o inciso correspondente ao enquadramento. O servidor Rodrigo concordou com as colocações do Conselheiro e declarou que iria adequar as respectivas notas. Em seguida a proposta foi aprovada com a ressalva de que na nota técnica deverá constar o devido enquadramento legal e ser inserida no SICONV. Na Proposta n<sup>o</sup> 032093/2011 (PB) o Conselheiro Carlos Humberto Oliveira observou que a nota técnica que diligenciou o projeto recebeu o número 53 e foi datada de 12/12/2011 enquanto que a nota técnica de aprovação recebeu o número 48 e foi datada de 09/12/2011, ou seja, não havia nexo de seqüência numérica e de datas entre as notas emitidas. O servidor Rodrigo explicou que em razão da especificidade da aquisição foi solicitado suporte da Assessoria de Aviação/DEPRO, porém quando o processo retornou foi verificado que no SICONV não foi corrigido os campos do objeto e do prazo de vigência e considerando que as alterações eram simples o servidor resolveu articular diretamente com o Estado. O servidor explicou que devido a problema no SICONV solicitou via telefone e e-mail que o Estado fizesse os ajustes, tendo o Estado se comprometido com a imediata correção, sendo assim a nota técnica foi elaborada e encaminhada para coleta de assinaturas. Contudo o Estado não realizou a alteração porque também teve dificuldades de acessar o Portal. Somente após a área técnica incluir formalmente a nota técnica no SICONV foi que o Estado obteve êxito na alteração, todavia isso ocorreu somente em 12/12/2011, motivo pelo qual houve o atropelo de numeração e de datas nas notas. O servidor ponderou que o equívoco mencionado tratou-se de um erro formal e isso não trouxe prejuízo para a aprovação da proposta. Após estes esclarecimentos, o pleito foi aprovado com a ressalva de que deverá ser inserida no SICONV nota técnica ou certidão

registrando os esclarecimentos ora prestados e este documento deverá ser enviado aos Conselheiros. Foi observado que as Propostas nºs. 03675/2011 (DF) e 03551/2011 (DF) não estavam finalizadas no SICONV. O servidor Rodrigo informou que todas as diligências foram cumpridas e apresentou as notas técnicas de aprovação dos pleitos, comprometendo-se a inseri-las no portal. Neste contexto, o Presidente indagou ao representante do DF, Senhor Ney Ferreira dos Santos, se não havia sobreposição de aquisições, ou seja, se nenhum dos equipamentos solicitados estavam sendo adquiridos com recursos próprios do DF. O Senhor Ney F. dos Santos declarou que não havia nenhuma duplicidade de ações. Após, os pleitos foram aprovados sob a condição de que as respectivas notas técnicas deverão ter o enquadramento corrigido e serem incluídas no Portal de Convênios.

Finalmente, o Inspetor Luciano da Silva Fernandes foi convidado para apresentar o pleito do Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF, qual seja a aquisição de coletes e viaturas especiais, conforme quantidade e valores registrados abaixo. Cabe consignar, que os pleitos inserem-se no âmbito da ação orçamentária: Ações Preventivas de Segurança Pública para a Copa do Mundo de 2014. O servidor inicialmente explicou que na 74ª Reunião Ordinária, realizada em 14/09/2011 foi aprovado o projeto de Radio Comunicação Digital, cujo pregão encontra-se em andamento. Contudo, frente à complexidade do objeto e a exigüidade de tempo para empenho, existe a possibilidade do processo de licitação dos rádios digitais não finalizar dentro do exercício, diante disto o DPRF decidiu inverter suas prioridades adquirindo os coletes e as viaturas uma vez que estes pleitos podem ser adquiridos mediante a adesão de atas de registro de preços. Dito isto, o servidor sucintamente explicou os objetivos, os públicos alvos e as justificativas para cada uma das duas proposições.

<i>Demandas</i>		<b>Valor (R\$)</b>
01	Coletes Balísticos (5.282 unid.)	3.425.970,00
02	Viaturas Especiais (155 und.)	20.454.230,00
<b>Total</b>		<b>23.880.200,00</b>

Finda a exposição, foram esclarecidas as dúvidas apresentadas e os pleitos foram colocados em votação e aprovadas sem a necessidade de registros especiais.

Nada mais havendo para tratar, o Presidente da Sessão encerrou a reunião às vinte horas deste dia. E, para constar, esta Ata, que depois de lida e achada em conforme, será assinada pelos membros do Conselho Gestor.

**Sidnei Borges Fidalgo**  
Presidente da Sessão

**Guilherme Zambarda Leonardi**  
Ministério da Justiça

**Rafael Martins Neto**  
Ministério do Planejamento, Orçamento e  
Gestão

**Carlos Humberto Oliveira**  
Casa Civil da Presidência da República

**Carlos Rogério Ferreira Cota**  
Gabinete de Segurança Institucional da  
Presidência da República

**Não representada**  
Procuradoria Geral da República

